



**ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 4 DE AGOSTO DE DOIS MIL E ONZE, ÀS 9H, NA SALA DE REUNIÕES DA ALESC.**

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às nove horas, realizou-se a 19ª sessão ordinária da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). O **Presidente, Deputado Estadual Gilmar Knaesel**, havendo quórum regimental, declarou aberta a sessão ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, e deu boas-vindas aos Deputados Estaduais Darci de Mattos; Aldo Schneider; Manoel Mota; Neodi Saretta; Silvio Dreveck; Dirceu Dresch, substituto da Deputada Luciane Carminatti; Daniel Tozzo, substituto do Deputado Marcos Vieira; Angela Albino, substituta do Deputado Sargento Amauri Soares; ao Secretário da Fazenda, Ubiratan Simões Rezende; e ao Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda, Adriano de Souza Pereira. Em seguida, colocou em discussão e votação a ata da 18ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, para apresentação do balanço financeiro e orçamentário do governo do Estado de Santa Catarina, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, passou a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda. O **Secretário de Estado da Fazenda, Ubiratan Simões Rezende**, cumprimentou os presentes e, em seguida, disse que, juntamente com o Diretor, Adriano de Souza Pereira, prestaria contas do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre do ano de 2011. Em síntese, falou que há um equilíbrio nas finanças no cumprimento dos limites com gastos de pessoal, conforme dita a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e que o pagamento da dívida pública é o maior incidente; quanto às aplicações dos percentuais previstos para a saúde e educação, 12% e 25% respectivamente, ressaltando que essa comprovação deve ser feita no final do ano, levando em conta o período de doze meses. Explicou que, entre janeiro e abril deste ano, o governo investiu R\$ 425 milhões em saúde, R\$ 65 milhões a mais que o ano passado; e R\$ 775 milhões em educação, R\$ 27 milhões a mais que o ano anterior. Pontuou que a LRF estabelece que ao final de cada quadrimestre os representantes do Poder Executivo apresentem o cumprimento das metas alcançadas e informou que o relatório, ora apresentado, estará disponível no *site* da Secretaria de Estado da Fazenda. Para explicar detalhadamente o balanço, passou a palavra ao Diretor, Adriano de Souza Pereira, com a



aquiescência do Presidente. O **Diretor de Contabilidade Geral da Secretaria da Fazenda, Adriano de Souza Pereira**, cumprimentou todos e ressaltou que o trabalho de elaboração e divulgação das informações da LRF é realizado pelos contadores. Iniciou a apresentação dos *slides*, reforçando a obrigatoriedade imposta pela LRF. No tocante à transparência da gestão, disse que a Lei Fiscal estabelece a publicação de um relatório quadrimestral e um relatório da execução orçamentária. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2011, comentou que os relatórios foram publicados no Diário Oficial do dia 26 de maio e que a Secretaria informou a Comissão de Finanças da Alesc dessa publicação através do Ofício 443/ 2011. Quanto à execução orçamentária do Estado, expôs os seguintes números: arrecadação R\$ 4,6 bilhões, valor 16% superior ao mesmo período de 2010; despesas R\$ 4 bilhões, valor menor que em 2010; resultado orçamentário – diferença entre receita e despesa – R\$ 637 milhões; receita total R\$ 4,6 bilhões, 6% a mais em relação a 2010. Explicou que dos R\$ 6,5 bilhões brutos arrecadados, nem tudo fica no caixa do Estado; uma parte vai diretamente para os Municípios e 20% para o Fundeb; então R\$ 1,8 bilhão é destinado para os Municípios e o Fundeb, ficando no caixa do Estado R\$ 4,6 bilhões, para manutenção dos serviços públicos, investimentos e manutenção dos Poderes. Quanto à arrecadação tributária, discorreu que se divide em arrecadação própria e os repasses tributários da União. Arrecadação própria: R\$ 4,4 bilhões. Dos R\$ 4,7 bilhões do total da arrecadação tributária, 92% é arrecadação própria, o que mostra que o Estado está andando com suas próprias pernas, sem depender dos repasses tributários da União; o ICMS é o tributo de maior participação, 79%, R\$ 3,8 bilhões, 17% a mais que em 2010. Repasses da União: a União repassou para o Estado R\$ 375 milhões. Houve um incremento em relação ao ano passado, mas representa somente 7,8% da arrecadação tributária. Arrecadação tributária, valor bruto, o que efetivamente ficou nos caixas do Estado: dos R\$ 4,7 bilhões arrecadados o Estado repassou R\$ 1,1 bilhão para os Municípios, principalmente 25% do ICMS e 50% do IPVA, incremento de 15% em relação ao que foi distribuído em 2010; para o Fundeb R\$ 670 milhões, correspondente a 20% do valor; arrecadação líquida de R\$ 3 bilhões. Esboçou sobre a LRF e os seus limites, pontuando que a Lei tem como premissas básicas a gestão pública planejada, transparente, controlada e prevê a responsabilização do gestor público. A idéia da LRF é que haja equilíbrio das contas públicas e que haja manutenção desse equilíbrio; para manter esse equilíbrio, a lei estabeleceu limites para gastos com pessoal, para dívidas e empréstimos de longo prazo e para conceder garantias a outras entidades. O primeiro limite da LRF é o resultado primário – diferença entre receitas e despesas não financeiras – a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) define quanto



deve ser o resultado primário, economia para fazer o pagamento da dívida pública de longo prazo. Para 2011 foi definido na LDO que o Estado deveria economizar R\$ 875 milhões; até o primeiro quadrimestre de 2011 o Estado vem cumprindo esse limite que atingiu R\$ 950 milhões. Segundo limite da LRF, resultado nominal – quanto o Estado pode expandir sua dívida fiscal líquida, dívida de longo prazo; na LDO ficou definido que o Estado poderia aumentar essa dívida em R\$ 229 milhões, o Estado vem cumprindo esse limite e reduziu sua dívida fiscal líquida em R\$ 890 milhões. Gastos com pessoal, a Lei Fiscal estabeleceu que deve ser balizado por um conceito chamado receita líquida para cada Poder e órgão. Acrescentou que além do limite legal, há dois limites, o de alerta – que o Tribunal de Contas emite um ofício para o órgão; e o limite prudencial – se um Poder ou órgão atingir esse limite começam as sanções. Nesse caso, o governante tem oito meses para reduzir as despesas com pessoal, ficando proibido de, nesse período, nomear servidores, fazer concurso público ou aumentar salários; e caso não saia do limite prudencial nos oito meses, a União bloqueia os repasses voluntários, os valores de convênios. A situação do governo do Estado com relação aos gastos com pessoal até abril deste ano está fora do limite: consolidado geral 51%; Poder Executivo 42,15%, próximo de 44% que é o limite de alerta; destaque negativo para o Tribunal de Contas que atingiu o limite de alerta e quase o limite prudencial. Explicou que a LRF começa com a despesa bruta com pessoal e algumas despesas, para fins da Lei, não são consideradas. Como, por exemplo, toda despesa que é paga com recursos do Iprev não é considerada pela Lei Fiscal. Um outro limite da Lei Fiscal é a dívida consolidada líquida; de acordo com a LRF o Estado pode ter dívida consolidada líquida até duas vezes da sua receita líquida. E a dívida consolidada líquida do Estado em 30 de abril está abaixo do limite. Pagamento da dívida pública, o Estado pagou até abril de 2011 R\$ 453 milhões, 33% a título de amortização da dívida e 66% a título de juros e encargos, havendo um acréscimo no pagamento da dívida, 15% a mais. Garantias e contragarantias, a LRF estabelece que o Estado pode ser garantidor de operações de empréstimos de outras entidades até 22% da sua receita corrente líquida. Nesse índice o Estado está bem abaixo do que poderia ser realizado. Comentou que o Estado foi garantidor da Casan nos anos de 1991 e 1996. Operações de crédito, contratação de empréstimo de longo prazo, a lei estabelece que o Estado pode contratar até 16% da receita corrente líquida, e está abaixo, foi realizada uma operação de R\$ 12 milhões em 2011 junto ao BID para questão de infraestrutura rodoviária, 0,10%. Com relação à aplicação em saúde, como o Secretário frisou, o cumprimento dos 12% deve ser observado no final do ano, e a título informativo falou que o Estado está abaixo 9,25%, aplicou R\$



328 milhões no primeiro quadrimestre de 2011. Em relação à educação, tem que aplicar 25% da receita de impostos, aplicou 21,89%, um pouco mais em relação ao primeiro quadrimestre de 2010. Finalizando, disse que os números demonstram que o Estado está com as finanças em equilíbrio, está cumprindo com os limites da dívida pública, com limite com pessoal, e agradeceu a oportunidade de se manifestar. Após, o **Presidente, Deputado Gilmar Knaesel**, consultou os Parlamentares se gostariam de fazer algum questionamento ao Secretário ou ao Diretor. A **Deputada Estadual Angela Albino** pediu que fossem disponibilizadas cópias do material apresentado aos integrantes da Comissão para uma análise mais detalhada. Com relação aos dois últimos *slides*, discutiu que, embora o cumprimento dos limites constitucionais de saúde e educação só se observe no final do ano, há um acompanhamento quadrimestral que precisa ser feito até para que não sobrecarregue no último quadrimestre os investimentos. Pontuou que nas anotações do Tribunal de Contas do ano passado o governo do Estado gastou 21,5% com educação, quando deveria gastar 25%, e na apresentação esse parâmetro se mantém, o que lhe chamou atenção porque é um parâmetro semelhante ao do exercício anterior do governo do Estado, e perguntou: a Secretaria dialoga com as secretarias afins no sentido de ampliar os investimentos na área até que se complete o limite constitucional; e o governo tem discutido a necessidade de cumprir plenamente os limites constitucionais? O **Secretário Ubiratan Simões Rezende** respondeu que informam as secretarias setoriais, no caso educação e saúde, do nível de comprometimento do seu orçamento e da execução orçamentária, mas não compete à Secretaria interferir na dinâmica de execução daquele orçamento. Comentou que tiveram quatro meses de contenção, o que na execução orçamentária provocou certa distorção no comprometimento dos recursos, chamando atenção para esse ponto. O **Deputado Estadual Dirceu Dresch** observou que em 2009 e 2010, no primeiro semestre, foram investidos na saúde 10,49% e 11,81% respectivamente, e que os 12% não foram atingidos; e em 2011 os investimentos estão em 9,64%. Observou ainda que o investimento na educação ficou muito aquém dos 25%, está em 22,5%. Perguntou: qual a estratégia do governo para recompor esses valores no próximo período? Mencionou o anúncio do governo de que iria poupar R\$ 1 bilhão, mas a exposição do Secretário é a de que o governo poupou em torno de R\$ 900 milhões, e citou o item despesa orçamentária a pagar de R\$ 1,8 bilhão. E perguntou como o Estado tratará disso. Citou os créditos inscritos da dívida ativa, devedores em atraso, R\$ 6,3 bilhões; cobrança por dívida ativa, em torno de R\$ 18 milhões; e indagou se há dificuldades na cobrança dessas dívidas. O **Secretário Ubiratan Simões Rezende**, com relação ao nível de despesas e de



investimentos e comprometimentos de recursos, informou que infelizmente não pode falar em nome das secretarias e disse ter certeza que os secretários das respectivas pastas irão alcançar as metas pretendidas. Com relação à “economia”, falou que os nobres Deputados nunca ouviram de um secretário que o Estado iria economizar R\$ 1 bilhão, e sim que o Estado realizaria uma contenção de despesas, a fim de ter uma visão mais clara de como o Estado se movimenta, o que implicaria em torno de R\$ 1 bilhão de não execução nos primeiros quatro meses. Observou que é difícil falar de economia quando a disponibilidade que o Estado tem na área de custeio é pequena; pontuou que se faz economia na área de custeio, na área de pessoal jamais se faz economia. Deixou claro que o governo deixou de gastar, de executar cerca de R\$ 1 bilhão do orçamento nos primeiros quatro meses, por isso esse deságio na área da educação e da saúde. Avaliou que quando não se pisa no acelerador, algum tipo de economia se faz. Com relação à dívida, disse que é histórico, que o esforço fiscal da Secretaria tem sido significativo; do ano passado para cá buscaram 10% a mais do que o anterior, mas de fato é muito difícil e por razões estruturais disse que não iria se alongar. O **Deputado Estadual Aldo Schneider** desejou bom-dia a todos e, com referência ao que a imprensa divulgou amplamente, e pelo fato de que o governo noticia de forma alvissareira essa possível economia, haja vista que a capacidade do Estado é diminuta, perguntou: o que representa atualmente esses valores em termos de economia e qual a expectativa de crescimento da arrecadação? O **Secretário Ubiratan Simões Rezende** contou que tem sido rotulado de pessimista em relação ao cenário econômico, mas que seus prognósticos estão se confirmando. Falou que para o mês de julho, do orçamento aprovado para este ano, foi previsto um crescimento na arrecadação na faixa de 15%, mas foi de 12%. Disse que a decisão do Congresso Norte-Americano, do dia anterior, é benéfica ao Estado, porque empurra a decisão da crise internacional para o próximo ano e deve fazer com que a economia do País não sofra maiores impactos até as próximas eleições nos EUA no ano que vem. Salientou é preciso que a arrecadação cresça até dezembro numa média de 16%, caso contrário, terão que contingenciar ainda mais a execução orçamentária. Adiantou que estão projetando para o ano que vem, para o PPA, uma receita adicional na faixa dos 15%. O **Deputado Estadual Manoel Mota** disse que nos 29 anos de vida pública nunca viu tantos investimentos na educação. Indagou se isso comprometerá os investimentos nas obras físicas, nos prédios escolares, da mesma forma que nos investimentos da saúde. O **Secretário Ubiratan Simões Rezende** respondeu que estão buscando receitas adicionais para isso; estão buscando uma maneira através da SC Parcerias de se engajarem numa parceria com o setor privado, chamando as empresas



catarinenses a uma resposta ao comprometimento social que deveriam ter com o Estado. Sublinhou que a política de benefícios fiscais é o principal instrumento da política social do Estado e que este ano farão uma renúncia fiscal de mais de R\$ 4 bilhões; caso não façam isso provocarão desempregos nos centros urbanos catarinenses porque a maioria das empresas não tem competitividade em nível global. Pontuou que estão buscando formas alternativas de interação com o setor privado para ter recursos e investir muito mais que os 12% na saúde e os 25% na educação. O **Deputado Estadual Aldo Schneider** perguntou, sobre recursos próprios: dentro dos 25% existe capacidade de investimento para recuperação de obras e ações nas escolas sem contar com a SC Parcerias? O **Deputado Estadual Manoel Mota** reforçou o questionamento do Deputado Aldo e o **Secretário Ubiratan Simões Rezende** esclareceu que não há recursos suficientes, independente do crescimento da folha da Secretaria de Educação, para atender a demanda da infraestrutura da educação. Disse que toda vez que comprometem os recursos do Tesouro, comprometem a capacidade de investimento do Estado, porque no final das contas tudo é cobrança e pagamento. Teceu comentários sobre a pressão que existe em cima do aumento salarial e colocou que a estrutura de cargos e salários do Estado é incompatível com o nível de serviços que o Estado deveria prestar a sociedade. Destacou a necessidade de uma reflexão sobre a atual estrutura de cargos e salários para prover o Estado nas condições necessárias para que preste os serviços que a sociedade merece. O Estado continua a responder a pressão sem ter investimento para isso. O **Deputado Estadual Silvio Dreveck** saudou os presentes e elogiou o Secretário e sua equipe pela boa gestão dos recursos do Estado e a visão no que tange à questão financeira do Estado. Pediu esclarecimentos sobre o limite prudencial ditado pela LRF e perguntou se serão contabilizados os inativos nos percentuais devidos à educação e à saúde. O **Diretor Adriano de Souza Pereira** esclareceu sobre o limite prudencial e sobre a saúde disse que a partir de 2011 o gasto com inativo não é considerado; sobre a educação o Estado tem feito uma redução gradativa dos inativos de 5% ao ano, até zerar. O **Deputado Estadual Neodi Saretta** comentou a recente aprovação do projeto Revigorar na Casa e o aceite do governo de que os recursos fossem destinados para a saúde, e perguntou: como está sendo operacionalizado no âmbito da Secretaria da Fazenda, já que há necessidade de controle desses recursos que devem ser além dos 12%? O **Secretário Ubiratan Simões Rezende**, com relação ao Revigorar e a ideia de criar um fundo específico para importar recursos para a Secretaria da Saúde, disse que esse processo está em estudo, mas certamente os recursos irão para a saúde. O **Deputado Estadual Dirceu Dresch** pediu esclarecimentos sobre o R\$



1,8 bilhão de restos a pagar. Disse que, do seu ponto de vista, os 20% destinados aos fundos faz com que a saúde e a educação percam muito em investimentos estratégicos e colocou em dúvida a efetividade desses fundos. Falou do seu entendimento de que o Estado deve discutir uma política estratégica e com critérios na área de isenção e renúncia fiscal. Sobre o aumento nos números de serviços de terceiros e alocação de mão-de-obra, falou que esses pontos lhe chamaram atenção e indagou se o Estado tem pensado algo sobre o aumento nas subvenções. Ainda comentou sobre os cortes de recursos na área da saúde, da segurança e dos aeroportos. O **Diretor Adriano de Souza Pereira** respondeu que os restos a pagar são as despesas do ano anterior, que ficaram para ser pagas neste ano, R\$ 300 milhões; desse valor até junho o Estado tem menos de R\$ 2 milhões a pagar. As despesas que estão no indicador são despesas deste ano que deverão ser cumpridas pela execução do ano 2011. O **Secretário Ubiratan Simões Rezende** esclareceu que quando o Estado faz corte orçamentário corta todo o orçamento, sem privilegiar setores; contingenciaram a execução orçamentária porque não tinham recursos suficientes para cumprir com o orçamento tal como tinha sido aprovado. Falou que a observação do Deputado é bem-vinda, e comentou que este ano uma parte do orçamento foi passada para a Secretaria da Fazenda, no intuito de que a mesma instituição que controla o caixa não fosse a mesma que teria condições de fazer um orçamento realista, não dissociado da expectativa de receita que o Estado tem. Frisou que esse é o esforço, para que no ano que vem se tenha um orçamento que não necessite ser contingenciado. Com relação aos fundos, disse que essa é uma área que não diz respeito à Secretaria da Fazenda, ficando sob a égide da Casa Civil. O que sabem é que uma parte significativa desses recursos vai para a saúde, mas não sabe a gama das ações que os fundos fazem; pontuou que como instrumentos são relevantes e a questão é pertinente: onde esses recursos estão sendo alocados. Previu que a discussão sobre a política de benefícios dos Estados vai terminar logo, porque o governo federal está preparado para uniformizar a alíquota do ICMS tanto nas operações externas como internas, medida que é plenamente favorável, desde que o governo federal se disponha a negociar com os Estados uma forma de compensar a perda de arrecadação que acontecerá. Falou que tem esperança de que o governo federal intervenha na questão das diferentes legislações que compõe o pacote de benefícios fiscais dos Estados, para que se tenha nivelamento de todos os Estados. Aproveitou o momento para dizer que tem enfatizado ao Governador e ao Secretário de Educação que privilegiem o ensino profissionalizante, porque o diferencial que o Estado pode oferecer é a qualidade, a formação da sua mão-de-obra, para aí sim ter uma política de benefícios que diminua drasticamente a renúncia fiscal



e libere recursos para a área de serviços, que é o que a sociedade espera. O **Deputado Estadual Daniel Tozzo** saudou todos e parabenizou o Secretário pelo equilíbrio com que o Estado de Santa Catarina vem sendo administrado. Observou que foi contemplado em muitas falas e colocou, quanto aos aeroportos, a necessidade de o governo federal e a Infraero assumirem esse setor. Falou da sua preocupação com a política do governo federal em relação ao setor agroindustrial e agrícola de Santa Catarina, no sentido de alavancar esse indispensável setor, seja no combate ao êxito rural, seja na produção de alimento. Falou ainda da sua preocupação com o aumento das importações no Brasil e a sua repercussão para Santa Catarina, Estado que é grande exportador de alimentos e que vem sendo prejudicado. Pontuou que Santa Catarina tem conhecimento suficiente para reivindicar junto ao governo federal e, perguntou: o governo federal está ao par desse conhecimento acumulado que Santa Catarina tem, de um setor que é vital e de extrema importância, não só para o Estado como para o País. O **Secretário Ubiratan Rezende** respondeu que sim, e não só através da bancada federal de Santa Catarina, mas de todos os partidos, também no Senado e através da Ministra Ideli. Acrescentou que as ideias e propostas conduzidas pelo Governador em nível federal são bem aceitas e que a Presidenta da República tem tido a maior boa vontade, assim como governo federal, de atender as reivindicações catarinenses; então existe sim essa disposição e essa abertura do governo federal. A **Deputada Angela Albino** analisou que, embora a imprensa divulgue que o discurso do governo era de uma economia de um bilhão, a resposta que o Secretário deu aos Deputados Aldo e Manoel Mota foi a de que o Estado acabou economizando quatrocentos milhões, e pediu a confirmação dessa informação. Mencionou o questionamento do Deputado Dirceu Dresch, dizendo que entendeu que se conteve a execução orçamentária de um bilhão, mais neste ano tem 1,8 bilhão para pagar, parecendo-lhe que não é uma execução, é só deixar de pagar a quem se deve. Sobre a política, disse que gostaria de ouvir a opinião do Secretário, falando que acredita na política de isenção como forma de o Estado realizar uma de suas funções de fomento do desenvolvimento econômico. Citou uma proposta que fez e o Secretário assinou quanto à política cambial atual, que é um dos pontos fracos do governo federal hoje e que atinge diretamente a economia catarinense, no estímulo de uma importação predatória no setor calçadista, moveleiro, cerâmico e têxtil. O governo federal fez um pacote que atingiu esses setores - importantes arranjos produtivos do Estado de Santa Catarina. Perguntou se há alguma avaliação do impacto disso na economia de Santa Catarina ao que o **Diretor Adriano Souza Pereira** disse que, como o Secretário já tinha frisado e o que o governo fez foi uma contenção de gastos para avaliar a situação do governo, um freio no gasto público. Não





que dessa contenção resultaram sobras de caixa para fazer os investimentos; até porque a receita tributária, o ICMS tem grande vinculação, uma boa parte é carimbada para a educação, saúde, dívida pública. Por isso é difícil o Estado conseguir recurso para investimento; se ele não fugir dessa fonte de financiamento tributário, ICMS dos tributos, dificilmente vai sobrar recursos para investir, razão pela qual o Secretário frisou a questão de fazer parceria com empresas, de buscar alternativas que não seja a arrecadação tributária. O **Secretário Ubiratan Simões Rezende**, com relação às medidas tomadas pelo governo federal, disse que cada vez que se erguem barreiras protecionistas, como o governo federal ergueu agora, quem paga são os consumidores, porque os produtos ficarão mais caros, e a justificativa é de fato a função social; se preserva determinados setores que gera emprego. Esta é a justificativa! Como isso vai impactar Santa Catarina, falou que ainda não tem uma avaliação, porque essa medida foi tomada no dia anterior. Assim, preliminarmente, opinou que isso vai ter um impacto sim, mas não significativo. Colocou-se à disposição de todos para esclarecer esse ponto quando tiver essa visão mais clara. O **Deputado Manoel Motta** observou que o corte do governo federal é maior do que o corte do governo do Estado, o que possibilita uma avaliação até o fim do ano do quanto o Estado pode crescer ou não. Colocou que os exportadores vivem um momento bastante difícil, tanto que o Secretário levantou a questão de olhar alguns setores e estender a mão a eles, caso contrário, sem uma parceria, será um desemprego só, e quem perde com isso é o Estado e a população. Perguntou a porcentagem que está voltando da União, da Lei Kandir, daquilo que era o compromisso de 100% passados para os Estados, especificamente para Santa Catarina? O **Secretário Ubiratan Simões Rezende** respondeu que não é mais de 30%. E deixou claro que há sutilezas técnicas nessa questão da Lei Kandir. Comentou que até junho pela Lei Kandir a União pagou ao Estado a incrível e maravilhosa soma de R\$ 20 milhões. Diante da pergunta de quanto seria hoje o saldo devedor junto às empresas exportadoras, respondeu que é um valor enorme. Contou que tem uma expectativa muito grande e a União terá de acabar com essa área de benefícios, falando que, nessa esteira, poderão ser abertas e reabertas negociações, embora digam que não acreditam que qualquer acerto feito com a União vai ser igual à Lei Kandir; vai chegar um determinado momento em que você não vai receber mais nada, vai receber só uma fraçãozinha! E disse ter esperança que não seja assim, que isso possa ser corrigido. O **Deputado Dirceu Dresch** concordou com o posicionamento do Secretário frente à política fiscal e destacou que devem pensar o incentivo fiscal não só da perspectiva da geração de emprego, mas também do desenvolvimento regional, construindo uma política atrativa de



desenvolvimento regional. Adicionou aos setores, citados pelo Secretário, que precisam de incentivo do Estado, os microempresários; eles não conseguem competir com grandes empresários. Observou que são questões prementes e estimou que possam tratá-las no contexto de uma grande redefinição da política tributária do País. O **Presidente, Deputado Gilmar Knaesel**, fez três questionamentos. Primeiro, sobre o Fundeb, comentou que foi, sem dúvida, um dos grandes pontos de discussão na Assembleia nos grandes pontos da greve do magistério. Pediu que discorressem novamente sobre os 20% da receita bruta que são descontados antes do repasse aos Poderes, conforme apresentação feita, para, caso confirmassem, deixar claro esse ponto, devido à cobrança de inúmeros professores do Estado de que ainda há divisão no repasse aos Poderes na questão do Fundeb. Segundo, sobre a dívida ativa, disse que é outra situação que não se consegue controlar, comentando que há anos tentam buscar um pouco dessa dívida ativa, mas é incontrolável. Terceiro, sobre a transferência dos repasses da União, que representam apenas 8% do total da receita bruta, perguntou: comparando com outros Estados que tenham o mesmo perfil de Santa Catarina, esse percentual também é pequeno? No que diz respeito à Lei Kandir, disse que não foi só no atual governo federal mas também em outros governos que Santa Catarina, como Estado exportador, acabou sendo prejudicado com esse repasse, no qual o governo do Estado retira recursos do seu caixa para cumprir com empresas catarinenses, dinheiro tirado do investimento na área de educação e saúde. O **Diretor Adriano Souza Pereira** explicou o funcionamento do Fundeb: da arrecadação tributária, ICMS, IPVA, fundo de participação dos Estados, 20% o governo manda para o Fundeb; de igual forma os Municípios catarinenses mandam 20% da sua arrecadação - IPTU, ISS, FPM (Fundo de Participação dos Municípios) para compor o Fundeb. Isso faz o bolo do Estado de Santa Catarina, que é dividido de acordo com o número de alunos matriculados nas redes municipais e estaduais. Citou os números até abril deste ano, fruto da arrecadação de ICMS, IPVA e FPE: R\$ 670 milhões foi para o fundeb e retornou para a rede estadual R\$ 533 milhões, de acordo com o número de alunos matriculados na rede estadual. Essa diferença, R\$ 138 milhões a menos, foi para os Municípios catarinenses, de acordo com o número de alunos matriculados. Assinalou que o Estado de Santa Catarina em si não tem perda com isso; é uma diferença entre o governo do Estado e o Município, mas o ensino catarinense não tem perda. Quanto ao repasse aos Poderes, narrou que existe uma base de receita que é chamada receita líquida disponível; é uma base de cálculo estabelecida na LDO. Comentou que a partir de 2011 o recurso do Fundeb não entra na base de cálculo dos Poderes. Quanto ao FPE, em relação aos Estados do Sul, o que conhece é que é uma lei



federal de 1989, que basicamente é uma parte do imposto de renda que a União arrecada e uma parte do IPI que é destinado aos Estados, só que essa distribuição não é igualitária. Listou: os Estados do Sul e Sudeste recebem 15% desse bolo; Norte e Nordeste, 85%. Em relação à dívida ativa, falou que, de janeiro a abril do ano passado, foram arrecadados R\$ 2 milhões; em 2011, R\$ 12,3 milhões; então está começando a ter um movimento apesar de ainda ser muito tímido em relação ao saldo que se tem a receber. Adicionou que o saldo total é de R\$ 6 bilhões, mas teria que fazer um trabalho em cima desse crédito para ver o quanto são recebíveis, a quantidade de empresas falidas e tudo mais. O **Secretário Ubiratan Resende** pontuou que se deve ter cuidado, porque desses R\$ 6 bilhões praticamente R\$ 5 bilhões não tem como receber, porque é dívida podre; do R\$ 1 bilhão que tem a receber, cerca de 30% é, de fato, recebível, os outros seriam ainda problemáticos. O **Presidente Gilmar Knaesel**, discordou do posicionamento do Secretário em relação à reforma tributária, dizendo que, lamentavelmente, esperavam que o governo federal tomasse iniciativa, mas a reforma tributária terá que partir dos Estados e Municípios, invertendo essa cadeia, porque estão sendo penalizados. Lembrou de quando entrou na fiscalização em 1984, e se falava que a economia informal no Estado e a sonegação eram meio a meio, de cada imposto arrecadado um era sonegado ou vivia na economia informal. Com o tempo, com o aperfeiçoamento da máquina às novas políticas implementadas, principalmente saindo do processo meramente punitivo, com uma fiscalização preventiva de acompanhamento e as novas formas de incentivo à economia, disse que a Secretária da Fazenda nos últimos anos, não só no atual governo, fez com que houvesse uma diminuição muito grande; avaliou que hoje com os mecanismos de acompanhamento e fiscalização a sonegação fiscal e a economia informal diminuiriam muito no Estado. Disse que a reforma tributária é necessária, mas desde que tenha uma visão dos Estados primeiramente, salientando o benefício da competitividade entre os Estados. Externou seu temor, caso o governo federal resolva fazer a reforma tributária, porque 92% da arrecadação de Santa Catarina é arrecadação própria, de ICMS, IPVA, enfim de outras taxas e serviços, então o Estado estará engessado mais ainda e aí sim corre o risco de cada vez mais ficar dependente da União e do governo federal. Comentou que participou recentemente em Brasília do lançamento da Reforma Tributária numa nova tentativa por parte do Senado e da Câmara dos Deputados, que está caminhando lentamente; mas todas as discussões foram no sentido de esperar o que o governo federal e o Executivo desejam. Informou que a Assembleia, através da Escola do Legislativo e da Comissão de Finanças, abrirá um debate no mês de setembro, ou outubro, com um grande fórum



sobre a reforma tributária, antecipando o convite ao Secretário para ser um dos palestrantes. Ainda colocou a questão do orçamento de 2012, dizendo que todos os Deputados da Comissão ficarão animados com a possibilidade do orçamento ser impositivo, que entendem que o orçamento seja cumprido e não seja fictício. Discorreu que o orçamento regionalizado é o momento em que os Deputados abrem mão das suas emendas individuais para um conjunto de emendas propostas em audiências públicas em todo o Estado, percorrendo as regiões a fim de buscar atender os anseios do povo catarinense. Estimou que tivesse um entendimento entre o Poder Executivo e a Alesc para que possam trabalhar juntos no orçamento, caso contrário, trabalharão numa expectativa que não vai se realizar. Ato contínuo, relatou o PL./0266.3/2011, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis, para a instalação de uma unidade de educação infantil, tendo como emenda a estipulação de um prazo de seis meses para a Prefeitura de Florianópolis fazer as benfeitorias necessárias para execução, ficando sujeito a ter que devolver o imóvel. Seu parecer foi favorável ao projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, com a devida emenda. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe da Comissão de Finanças e Tributação \_\_\_\_\_ lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2011.

**Deputado GILMAR KNAESEL**  
**Presidente da Comissão de Finanças e Tributação**